

MODOS DE PRODUZIR TRABALHO E SUBJETIVIDADES NA CONTEMPORANEIDADE: O EMPREENDEDORISMO INFORMAL COMO UMA FORMA OUTRA DE SER - ESTAR NO MUNDO¹

Fabiane Fernandes Guimarães²

Resumo: o objetivo deste artigo é tecer reflexões críticas acerca dos modos de produção (não) capitalísticos, sobretudo, no que tange ao empreendedorismo informal. Essa discussão apoia-se na crescente e importante pesquisa sobre outras formas de economia frente ao desestímulo econômico, dita crise do capital, a exemplo da Economia Solidária, Economia Informal e os trabalhadores por conta própria. Além disso, busca, através da pesquisa bibliográfica, pensar como essas formas outras de produzir, possibilitam a construção de subjetividades não capitalísticas, ou menos capitalísticas, sob aporte teórico de autores como Singer (2001, 2002), Quijano (2000, 2005,), Castro-Gomez (2007), Guattari e Rolnik (1996), Jameson (1997), Santos (2002), entre outros/as. Os resultados apontam que embora hegemônico, a forma de produção capitalística não suplanta outras formas de ser e estar no mundo, ainda que essas ainda sejam consideradas revoluções microfísicas.

Palavras-chave: Modos de produção. Capitalismo. Economia Informal. Economia Solidária.

HISTORICIZANDO O *STATUS QUO*

“é o tempo de aprender a libertar-nos do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixarmos de ser o que não somos.”
Quijano

Em um país cujo grito de “independência ou morte” culminou em uma pseudo-independência política, a subordinação econômica segue segregando, matando e mantendo o Brasil como “estrangeiro-dependente”. O modo de vida, os modos de produção e porque não dizer, os modos de desejar e/ou pensar são, em sua grande maioria, neoliberais, estrangeiros, brancos e patriarcais, prova que vivemos uma independência forjada.

Esta dominação transcende a relação do colonialismo, cujo suposto fim data da independência do Brasil, e abre espaço para o conceito de colonialidade, o qual refere-se ao processo de colonização como sendo um processo étnico racial que não acabou com a independências das colônias, e que segue evoluindo e se adaptando às transformações sociais que se apresentam,

¹ Artigo apresentado à prof. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira como requisito de avaliação final da disciplina Literatura, Cultura e Modos de Produção, componente curricular optativo do Curso de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), Campus II/Alagoinhas – BA.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), Linha de pesquisa: Letramento, Identidades e Formação de Educadores, Endereço eletrônico: fabianeguimmaraes@gmail.com.

remodelando as formas de dominação/colonização e mantendo o padrão de poder colonial/europeu. Neste sentido, estudos decoloniais (Quijano 2000, 2005) ressaltam que: tanto o ideal da modernidade quanto o próprio capitalismo surgem, concomitantemente, com o colonialismo vivido pelos países colonizados. Ou seja, o capitalismo é consequência necessária de reafirmação do poder, tornando-se o *staus quo* da sociedade. Para Quijano (2005), a América tem “uma relação umbilical entre os processos históricos que se geram a partir da América e as mudanças [...] da intersubjetividade de todos os povos que se vão integrando no novo padrão de poder mundial” (p.124). Desta forma, é mister que a ideia de modernidade e capitalismo surge junto ao processo de colonização europeia, sob a égide da promessa de modernização e evolução,

Sendo assim, não é de se estranhar que os modos de produzir vida de um sistema como esse seja voltado para os valores cooptados por ele próprio: individualidade, lucro e competição. Na economia o trabalho formal, assalariado, reforça e solidifica estes valores neoliberais, imputando às subjetividades dos sujeitos desta sociedade a noção de necessidade de garantir um salário, um chefe, e suscitando o sentimento conformista de que uns nascem para mandar, outros para obedecer. Guattari e Rolnik (1996, p.25) afirmam que:

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de ideia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes [...] Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo.

É diante deste contexto histórico brasileiro, de discrepâncias sociais acirradas, exploração e escravidão, que podemos perceber como o capitalismo se institui como um status quo na sociedade quase que não deixando margem à outras formas de produção, outras formas de vida. Podemos inferir ainda, quão cruel é a rizomatização de seus valores e ideais, os quais segregam e modelam a estrutura social e as subjetividades dos indivíduos. Logo, corroborando com os autores supracitados quando afirmam que a subjetividade é matéria-prima manipulada pelo Sistema para fins da manutenção do que Quijano chama de colonialidade do poder. Eis o grande desafio da contemporaneidade: (re) construir subjetividades não capitalísticas.

Frente a esse histórico discrepante e excludente nascido desde os primórdios do “descobrimento”, pessoas mantidas fora do círculo de prosperidade econômica cunhada pelo capitalismo, desempregadas, desvalidas, se organizam em formas outras de sobrevivência. As oportunidades e “benefícios” exaltadas pelo sistema capitalista nunca foi uma realidade de todos os sujeitos e isso, nem a tal da democracia resolveu. A fome, a miséria, a disparidade continua

demarcando uma vasta parcela da população brasileira que, historicamente, pode-se dizer que formam este outro setor na economia: o informal.

Em vista do exposto, saltam perguntas do tipo: como essas pessoas vivem? O que fazem? E o que podem? Viver e/ou refutar o trabalho formal? Atender ou rejeitar os preceitos capitalistas? O mundo contemporâneo se enche de angústias e incertezas, calcado em valores fulgazes e egoicos, em que ganha mais quem vende mais, “sobe que tem a unha maior”. Estes “invisíveis”, à margem, muitas vezes desviam suas vidas destes princípios, buscando novas formas de ser e estar no mundo.

Baseado nestas reflexões é que este artigo visa, por meio da pesquisa bibliográfica, refletir sobre as possibilidades de outros modos de produção, no que tange a economia e as subjetividades, em detrimento do modo de produção hegemônico do capitalismo. Para tanto, o artigo tentará estabelecer uma relação entre o modo capitalista de vida e um modo outro de produção, do trabalho informal de trabalhadores/as por conta própria como um modo de ser, fazer e estar no mundo. Essa discussão apoia-se na crescente e importante pesquisa sobre outras formas de economia frente o desestímulo econômico, dita crise, do capital, a exemplo da Economia Solidária, Economia Informal e os trabalhadores por conta própria. Além disso, busca pensar como essas formas outras de produzir, possibilitam a construção de subjetividades não capitalísticas, ou menos capitalísticas, sob aporte teórico de autores como Singer (2001, 2002), Quijano (2000, 2005,), Castro-Gomez (2007), Guattari e Rolnik (1996), entre outros/as.

O interesse pelo tema surgiu das reflexões realizadas na disciplina de Literatura, Cultura e Modos de Produção, componente curricular da Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia – UNEB / Alagoinhas, e, paralelamente, aos estudos e pesquisa realizada a partir do grupo Enlace, proposta pela professora Dr. Suely Messeder, intitulada: a Baianidade e o/a empreendedor/a em seu fazer cotidiano: um estudo sobre os/as microempreendedores/as e seus estabelecimentos na cidade de Camaçari, da qual faço parte atualmente. Essa pesquisa visa refletir sobre o perfil do microempreendedor/a informal de Camaçari-Ba, seu modo vida e sua forma de gerenciar seu micrormpreendimento, sinalizando outras formas de ser, estar e produzir no mundo quase que totalmente capitalista.

A COLONIALIDADE TRAVESTIDA DE MODERNIDADE: O *MODUS* CAPITALISTA DE VIVER

Confundida muitas vezes com “colonialismo histórico”, a colonialidade não se trata apenas do processo de dominação territorial, corporal e material imposto pelo colonialismo das américas. A colonialidade

es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existência social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de America. (QUIJANO, 2000, p. 342).

Castro-Gomez e Gosfroguel (2007) reforçam essa noção nos levando a perceber que o processo de colonização das Américas institui, paralelamente à sua gana de poder, a noção de economia-mundo capitalista, para a qual rendem-se não apenas os territórios, mas os corpos, as almas e as subjetividades, o que explica a independência política do 07 de setembro de 1822 e a manutenção da dependência, quase que orgânica, dos países periféricos, colonizados, em relação aos países desenvolvidos (América e Europa). Essa dependência revela-se ao passo que tudo que é de “fora” é considerado melhor pela maioria dos brasileiros.

É à esta subjetividade colonizada que se refere a colonialidade, sujeitos que vivem no engodo do estrangeirismo (racista e patriarcal), subjetividades colonizadas e condicionadas ao conformismo e ao estrangeirismo. Aqui, fica nítido que a colonização não foi um simples processo de dominação de territórios, mas de dominação das mentes, das vidas. Assim, a colonialidade representa a transformação das formas de dominação e manutenção do padrão de poder instituído com o colonialismo.

Conforme Maldonato-Torres (2007), a colonialidade do poder tange a inter-relação entre as formas modernas de exploração e dominação e o processo europeu de expansão colonial; a colonialidade do saber, se refere à produção do conhecimento (epistemologia), sua reprodução e a construção do pensamento; a colonialidade do ser, podemos dizer, com grifos nossos, que refere-se às subjetividades colonizadas, às experiências vividas e representadas pelos/as sujeitos/as dominados/a. O impacto na linguagem e na forma de ver o mundo dos povos dominados.

Neste sentido é que os autores decoloniais defendem que a modernidade não tem nada de moderna, nasce com o processo do colonialismo e renova-se diante das mudanças sociais, econômicas, políticas e subjetivas. Logo, falar de modernidade requer contextualizar historicamente este fenômeno, à luz da retirada do véu da cegueira que obscurece o seu sentido e o seu real objetivo, o qual visa justificar toda a barbárie imposta pelo sistema capitalista, desde o descobrimento do “novo Mundo”.

Fazendo as reflexões necessárias, podemos perceber que esse ideal de modernidade e evolução, o qual amparou e tentou justificar a barbárie do descobrimento, além de situar-se na história como elemento de justificação desde os primórdios, arrasta-se pelo tempo e prossegue carregando consigo o capitalismo, que utilizando desses valores (modernidade e evolução) dizima a

sociedade gradualmente, em todas as suas formas e versões, desde os anos de 1500. O capitalismo não surgiu em tempos determinados, ele viera junto com as caravelas e o desbravamento do território que hoje chamamos de Brasil. A própria intenção da colonização, carrega em si os ideais capitalistas: exploração, dominação, lucro e poder. Quijano reforça essa premissa ao incitar que a globalização é uma evolução histórica do padrão de poder instituído desde a colonialidade.

A sociedade derivada desse histórico bárbaro de holocausto travestido de descobrimento e exploração traduzida em modernidade, vem perpetuando e (re) construindo subjetividades individuais e coletivas sob bases e valores aviltantes, que caracterizam o sistema neoliberal vigente, mas que desvelam-se desde as grandes navegações, infiltrando-se no território e nos sujeitos, moldando atitudes, pensamentos e desejos, atualizando sua versão a cada necessidade identificada, seja por mudança social, seja por necessidade de “calar” as insatisfações trazidas com o passar do tempo e desgaste do sistema.

Frederic Jameson (1997), ao falar sobre o capitalismo tardio, historiciza muito bem a evolução deste sistema, ao passo que defende a necessidade de situarmos historicamente a evolução do mesmo, já que as ações e manifestações passadas (desde a descoberta do Brasil), desembocam nos modos de produção hodiernos (modos de ser, estar e viver no mundo), classificados por muitos como pós-moderno, em que valores como ética, respeito e solidariedade esvaem-se no ar, cedendo espaço para o brilho comercial das propagandas e a competitividade do mercado agressivo e excludente. Essa ideia reforça ainda mais a premissa de que o capitalismo não surge com a pós-modernidade, apenas “troca de pele”. Em suas reflexões, Jameson (1997, p. 16) infere que: “o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova [...], mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo”.

Segundo Jameson (1997, p. 57), o modo de ser, viver e fazer capitalista, reflete uma falta de sentido, uma produção esquizofrênica em que tudo é (re) produzido caoticamente atendendo às exigências mercadológicas do capital: “um amontoado de fragmentos aleatórios mediante à heterogeneidade (idem, p. 53). O modo de fazer capitalista desumaniza-se para abrir espaço à fetichização da mercadoria, em que toda produção é comercializável, coisificada e rapidamente, substituída. É assim com as roupas, com os sapatos, com a obra de arte, com o ser humano, que embebido no ritmo frenético das produções em série deixa esmaecer seus corpos, suas mentes, seus afetos.

OUTROS MODOS DE PRODUZIR ECONOMIA E VIDAS

Parafraseando Santos (2002, p.13), vivemos tempos paradoxais, em que nos desenvolvemos à velocidade da luz, cunhamos técnicas e tecnologias imponentes e suficientes para produzir mais e melhor, podendo assim, cumprir as promessas da modernidade de prosperidade, igualdade e justiça, mas, nunca ficou tão claro que isso jamais acontecerá. Vivemos um caos, uma esquizofrenia sem limites em que o choque de estímulos incessantes que recebemos nos induzem ao individualismo, competitividade, crueldade.

Diante desse contexto, desafiar o *status quo* do capitalismo, que ressurge a cada crise e a cada tempo mais forte e camuflado, burlar o sistema tributário imposto para sua sobrevivência através do Estado, ou questionar esse sistema em busca de autonomia para construção de sua própria vida e subjetividade pautada em outros valores (que não apenas no capitalismo), são possibilidades que podem justificar a eclosão de formas outras de produzir, cujos alicerces são amparados em outros valores, os quais o capitalismo não dá conta de fomentar, e nem quer fazê-lo.

Estudos mostram que não é apenas a crise econômica que mobiliza pessoas a buscarem outras formas de produção e, conseqüente, outras formas de vida. Como exemplo, temos a Economia Solidária, a qual Paul Singer (2002, p.10) define como: “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. A disparidade sob a qual foi constituída e formatada a sociedade brasileira, por si, já evoca necessidades outras, para além da competição capitalista. Se faz necessário menos competição, mais amizade e até as intenções no modo de produção e de vida, são outras. Neste modo de produzir, a solidariedade é premissa básica para organizar uma vida justa, em que todos possam lucrar com a produção, embasada na distribuição igualitária do rendimento, pois como reforça Singer (2001, p. 104): “No capitalismo, a arma dos desprovidos de capital é a solidariedade”. Entretanto, estas ainda necessitam da intervenção estatal para redistribuição igualitária dos ganhos entre os menos favorecidos.

Neste artigo, gostaria de chamar atenção para a Economia Informal, que apesar de só ter sido reconhecida com essa nomenclatura no ano de 2002, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), acompanha a história da colonialidade brasileira invisivelmente e surge, principalmente, pela disparidade sócio econômica fundante de nossa estruturação social. Fruto, em primeira instância, da desigualdade racial, a disparidade social exclui uma parcela grande da população que não se encaixa nos padrões eurocêntricos e que constituiu o cinturão da pobreza e miserabilidade brasileira, organizando-se em torno de atividades artesanais, improvisadas, independentes, legais ou não, com vistas à sobrevivência. Ademais, pensando decolonialmente, podemos dizer também que esta

organização informal, para além da sobrevivência, pode ser uma forma de resistência. Resistência à um sistema opressor e excludente.

O empreendedorismo informal, conforme foi mencionado na introdução deste trabalho, embora não corresponda em sua totalidade à uma atividade que possa ser classificada como componente da Economia solidaria, uma vez que não necessariamente culmina em atividades cooperadas e/ou associadas, revela-se como um setor da economia que mobiliza valores e atitudes que muitas vezes diferem do paradigma capitalista. Segundo RODRÍGUEZ apud SANTOS (2002, p. 25), neste setor, os grupos marginalizados atuam a partir de estratégias econômicas coletivas e embora as alternativas não garantam sucesso nem estabilidade, pois por vezes podem parecer impossíveis na missão de causar uma entropia que desestabilize o *status quo* da economia capitalista, são reais e potentes o suficiente para não desistirem e sucumbirem a esta. O autor afirma ainda que este setor existe “nas partes do mundo que o capitalismo rejeitou” constituindo assim um “novo modo de produção”, atividades econômicas direcionadas a atender desejos próprios, seja de sobrevivência e/ou de vontade de potência (Nietzsche, 2002), mas não às indústrias e aos interesses internacionais (RODRÍGUEZ apud SANTOS, 2002, p. 336).

Não seria esta, para além de uma forma de sobrevivência dos excluídos, uma forma de resistência? Uma forma de desobedecer a colonialidade perpetrada pelas instituições do Estado – Nação e pelo sistema capitalista? Sobre os trabalhadores por conta própria, gostaria de pensá-los como armas de guerra que usam o sistema contra o próprio sistema. Vozes que gritam e rejeitam formas ditadas de viver e produzir suas mercadorias, suas subjetividades.

Apesar de, em alguns casos, perceber-se a competição entre os iguais e entre mercados circunvizinhos, os trabalhadores/as por conta própria atuam como microempreendedores/as, encarnando seu afazer como um modo de vida, um *modus operandi*, traduzido em um modo de ser e fazer o mundo fora do padrão neoliberal da economia. O modo como executam suas tarefas aparece de forma insubmissa ao Estado. Desempenham suas atividades de acordo às suas necessidades, escolhas e até mesmo de acordo ao seu humor.

O empreendimento destes trabalhadores/as por conta própria organiza-se da forma como eles querem organizar, inclusive, muitas vezes se negam a atender à alguma demanda que poderia lhe gerar lucro, uma das premissas invioláveis do capitalismo: a produção atende à lei da oferta e da procura, se há procura, há produção.

A concorrência para estes empreendedores informais, por vezes, também se dá de forma diferente: apesar de cada um dar o preço que deseja ao seu produto, percebe-se uma solidariedade e partilha entre eles quando, por exemplo, um vendedor não tem o produto procurado pelo cliente e

indica e/ou vende o produto de seu concorrente em seu estabelecimento. Esta decisiva também fere os preceitos da concorrência do capitalismo, para o qual, a competitividade é crucial para o bom desempenho do vendedor e lucro do estabelecimento. Singer (2001, p.104) explica que:

Entre os pobres há muito menos competição, mesmo porque faltam recursos para premiar os vencedores. A infindável carência de tudo o que dá qualidade à vida – duma moradia confortável e segura à saúde, escola, vestuário etc. – torna o repartir um comportamento antes de mais nada racional.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo principal esboçar reflexões sobre a possibilidade de vida e produção não capitalística que, apesar de todas as dificuldades em estabelecer-se e estabilizar-se, cresce de maneira determinada e já causa arranhaduras na estrutura hegemônica neoliberal da economia, que hoje apoia-se no consumo como fator preponderante à sua manutenção, mortificando os corpos, a alma e os valores de solidariedade, história e justiça.

A sociedade da desordem, altamente ordenada em torno do capital, explode em choques midiáticos que conquistam, alienam e iludem os indivíduos que, cegos pelo brilho espetacular das promessas, põem-se a marchar no ritmo frenético das “redes e telas”, com o objetivo de atingir o inatingível: felicidade plena, travestida de consumismo. Por esse motivo, salientar e refletir sobre outras maneiras de fazer e viver no caos, se faz extremamente necessário, o que justifica o passeio epistêmico que tentei realizar neste escrito, passando pela Economia Solidária imbricando-a com a Economia Informal que, apesar de diferentes, objetivam coisas parecidas: sobreviver e viver com autonomia no mundo formatado e manipulado por um sistema econômico hegemônico e determinante.

Destarte, pudemos perceber, face ao exposto, que esta constituição social e do trabalho, calcada nos valores do capital, não suplanta outras formas de ser e estar no mundo, vez que o perfil sócio-econômico do Brasil constitui-se deixando à margem grande parcela da população, induzindo e fomentando a necessidade de criar-se outros modos de vida na busca de sobrevivência e/ou poder. Para além das justificativas fiscais, lançadas pelo IBGE, o surgimento do setor informal pode ser considerado histórico, fundante, pois, surge da necessidade de sobrevivência de uma sociedade organizada em torno da exclusão e miserabilidade, desde a época do descobrimento.

Diante desse contexto, os modos de produção vêm se remodelando desde o Brasil colonial, mas as diferenças continuam acentuadas. Saímos das rodas e chegamos às máquinas de altíssimas tecnologias, mas a relação produtor- empresário continua a mesma: desigual e de exploração, uma

vez que atendem às demandas do sistema capitalista que rege toda a sociedade. O lucro, deve ser meta a qualquer custo.

Indubitavelmente, o sistema capitalista insiste e persiste, firme e forte, na condução dos modos de produzir coisas e subjetividades humanas, contudo, podemos ver acenar na cena contemporânea, gritos subalternos com imensa vontade de viver e poder.

Destarte, ainda que seja difícil suplantar o paradigma neoliberal por um paradigma mais justo e solidário, as formas outras de viver no capitalismo sinalizam uma possível mudança, ainda que a longo prazo, na estrutura basilar da sociedade. A exposição de que há pessoas vivas “apesar de”, pessoas lutando e ganhando visibilidade, ainda que lentamente, frente ao sistema, demonstram a força da batalha microfísica, onde pequenos abalos, pequenas mudanças, aos poucos, podem cindir a estrutura sólida e, até então, impenetrável que o capitalismo sedimentou ao seu entorno, decidindo e escolhendo entre vencedores e perdedores, quem fica e quem sai do jogo.

Seja pelo desemprego que assola o país, seja pela vontade de potência do empreendedor informal, fato é que apesar de muitas vezes atuarem dentro dos moldes capitalistas, abrir seu estabelecimento quando quer, permitir-se atender ao cliente com mau humor e/ou “conformar-se” no trabalho por conta própria ao invés de digladiar-se para disputar vagas de um emprego formal, nos possibilita perceber que estes “empresários informais” atuam de forma a demonstrar, muitas vezes sobre os princípios da economia solidaria, que há outras possibilidades, outras formas de ser e viver no mundo.

Resistir, lutar, cair e levantar, ainda que tudo conspire contra outras possibilidades, é condição *sine qua non* para repensar e problematizar e desestabilizar os pilares sob os quais se constituem a nossa economia e nossas vidas, magistralmente conduzidas pelas mãos coloniais do capital, bem como suplantá-lo em prol de uma economia baseada na justiça e equidade social.

REFERÊNCIAS

CASTRO-GÓMES, Santiago. GROSFOGUEL, Ramón. (ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

JAMESON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1997.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Comp). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007. P. 127-167.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NIETZSCHE, F. *Além do Bem e do Mal*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed. 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005.

SANTOS, Boaventura Souza (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul Israel. *Economia solidária versus economia capitalista*. Soc. estado. Vol.16 nº.1-2 Brasília June/Dec. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005 Acesso em: 02 de janeiro de 2018>

SINGER, Paul Israel. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.